

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 11.04.2024

Reforçar a sustentabilidade e a competitividade dos estabelecimentos de restauração locais

A economia de Macau cresceu 80,5 por cento no ano passado, e o volume económico total regressou a mais de 80 por cento do nível de 2019, ou seja, antes da epidemia, e a recuperação económica nas zonas turísticas foi satisfatória. Mas os negócios das lojas nos bairros comunitários não foram os esperados e, mesmo nos feriados e fins-de-semana, o fluxo de pessoas na Zona Norte, na Zona de San Kio, na Avenida do Ouvidor Arriaga e nos bairros comunitários tradicionais, etc. manteve-se baixo. Esta situação deve-se à deslocação dos residentes para o exterior e à fonte de clientes única das lojas desses bairros. Para evitar a crescente pioria dos negócios dessas lojas, as autoridades devem adoptar uma série de medidas atempadas em prol dos negócios estáveis das empresas de Macau. Para fazer face às dificuldades das PME, ao nível de um fluxo de caixa limitado, proponho a adopção, em colaboração com o sector bancário, de uma série de medidas de apoio específicas para as PME, como a prorrogação da medida de “pagar apenas os juros e não o capital” e do “Plano de ajustamento de reembolso a favor das PME”, ou a implementação de planos alternativos para as ajudar eficazmente.

Para continuar a melhorar o ambiente empresarial das PME, as autoridades lançaram o “Plano de lojas com características próprias”, a fim de encorajar as empresas a melhorar o prestígio das suas lojas especializadas, prestando assistência e apoio aos sectores da restauração e do comércio a retalho numa base piloto, em colaboração com as associações comerciais locais. Quanto aos canais de publicidade das lojas especializadas utilizados pelas autoridades, notei que eram bastante únicos e, juntamente com o facto de a língua dos filmes ser maioritariamente o cantonês com legendas em chinês tradicional, podem não conseguir uma publicidade eficaz entre os turistas do Interior da China ou do exterior. Assim, proponho que as autoridades disponibilizem versões em diferentes línguas, como em Putonghua, inglês e português, etc., de modo a permitir que os turistas compreendam a informação num relance. Além disso, o vídeo promocional não deve limitar-se a um clarão de publicidade gráfica, que carece de sentido histórico e de narrativa. Proponho que o vídeo promocional seja estruturado e inclua elementos interactivos de visitas virtuais.

Quanto à promoção interna das lojas com características próprias, há que assegurar a boa qualidade dos seus produtos e serviços, e as autoridades podem atribuir aos turistas vales de consumo para uso nas referidas lojas, para produzir certo efeito de incentivo e promoção. Mais, para transmitir melhor os frutos culturais das pequenas lojas tradicionais locais, sugiro que o Governo assuma a liderança para incentivar as lojas antigas a elevarem o nível dos seus produtos e serviços, bem como a sua imagem de marca, através de, por exemplo, embelezamento das embalagens, para aumentar a vontade de compra do público e a sua própria

atractividade. Mais, há que divulgar mais critérios e indicadores para a avaliação das lojas com características próprias, apoiando as PME na elaboração de estratégias de *marketing*, para estabelecer uma fonte estável de clientes; há ainda que criar itinerários turísticos para todas as faixas etárias, para atrair a visita e o consumo por parte dos turistas, permitindo-lhes uma experiência turística única e uma cultura gastronómica diversificada em Macau, através dos esforços conjuntos dos diversos serviços públicos.

Mais, as autoridades podem incluir, nas promoções turísticas, elementos gastronómicos das zonas relacionadas com a vida da população e, para além de promoverem as características dessas zonas nos manuais e páginas electrónicas de turismo, e nas redes sociais, organizar actividades de recolha de carimbos nos pontos turísticos em troca de lembranças ou vales de consumo para turistas, ou continuar a realizar a actividade de recolha de carimbos nos roteiros turísticos do projecto “Sentir Macau passo-a-passo de 2014”, e organizar, em tempo oportuno, festivais de gastronomia com diferentes temas e colocar dispositivos artísticos durante as festividades, para atrair mais turistas a visitarem as referidas zonas, aumentando assim a sua vitalidade e atractividade.

O Governo lançou, no ano passado, o “Plano de serviços de apoio para a digitalização do sistema *backup* das PME 2023”, com o objectivo de apoiar as PME na transformação digital, expandir canais de exploração à distância e reduzir os custos operacionais, e, para satisfazer as necessidades prementes das PME, o número das vagas aumentou de 200, no ano passado, para 600. Espero assim que o Governo aproveite esta oportunidade para implementar, de forma contínua, mais planos de apoio às PME, e aprenda com a experiência obtida com o “Grande prémio para o consumo na Zona Norte durante os fins-de-semana”, para revitalizar outros bairros comunitários.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 11.04.2024

Abertura da 2.^a ronda de pedidos de atribuição de residência para idosos e prorrogação dos respectivos benefícios

O Instituto de Acção Social (IAS) concluiu, recentemente, a apreciação e a classificação básica dos candidatos da primeira fase da residência para idosos, prevendo-se a publicação, em meados deste mês, do resultado final do pedido e da ordenação para a escolha de habitação, bem como a sua entrada em funcionamento no quarto trimestre deste ano. Isto vai melhorar o ambiente habitacional de uma parte dos idosos, resolver as suas “dificuldades em subir e descer as escadas nos prédios” e elevar a sua qualidade de vida, sendo também uma concretização importante da política de habitação de cinco níveis por parte do Governo.

Em Macau há um regime de segurança social para toda a população, e a pensão para idosos mais o subsídio para idosos e uma série de benefícios para estes podem, de facto, apoiar a sua vida pós-aposentação, mas, com a tendência do envelhecimento e o aumento da esperança média de vida, muitos idosos estão a enfrentar pressões económicas. Segundo alguns idosos com mais de 70 anos de idade, que vivem no Interior da China há muitos anos e não residiram em Macau nos últimos 12 meses, os mesmos tentaram candidatar-se à residência para idosos mesmo sabendo que a sua pontuação é relativamente baixa, porque querem viver em Macau, onde têm mais familiares e amigos, e, como o preço dos imóveis é muito elevado e não conseguem suportar os encargos, necessitam de uma residência para idosos com instalações e equipamentos mais aperfeiçoados.

No entanto, como a procura é maior do que a oferta, as expectativas de uma parte dos idosos podem sair frustradas. No ano passado, foram recebidos mais de 1500 pedidos para as primeiras 759 fracções de residência para idosos, envolvendo mais de 2200 pessoas, o que significa que cerca de 700 idosos não vão conseguir uma fracção na primeira fase de candidatura.

A residência para idosos disponibiliza um total de 1815 fracções, por isso, espero que o Governo concretize, quanto antes, a calendarização para a ocupação das mil e tal fracções restantes, e analise as características dos candidatos que não conseguiram uma casa, mas que reúnem os requisitos desta vez, dando-lhes acesso prioritário no próximo concurso, com vista a melhorar, quanto antes, as suas condições de habitação.

Ao mesmo tempo, como o preço da residência para idosos não é baixo, todos esperam poder candidatar-se às primeiras fracções e gozar de benefícios, a fim de aliviar os encargos. De facto, as despesas mensais de utilização das fracções variam entre 5400 e 6300 patacas e, se não forem lançados benefícios, alguns idosos que pretendem candidatar-se ficam sob pressão e desistem de o fazer. O Governo afirmou que ainda não há uma decisão sobre a possibilidade de

implementar mais benefícios para a próxima fase de candidatura à residência para idosos, portanto, espero que o Governo pondere, activamente, sobre a possibilidade de lançar, também, benefícios para as restantes fracções, a fim de melhor concretizar o objectivo da residência para idosos, isto é, ajudar os idosos a terem uma habitação e a melhorar as suas deslocações, respondendo, efectivamente, às suas solicitações e aumentando o seu sentimento de felicidade.

A residência situa-se num bairro comunitário com alta densidade populacional e vai acolher um grande número de idosos. Para além das instalações já anunciadas, incluindo o centro de saúde para idosos, a sala desportiva, etc., o Governo deve criar mais instalações diversificadas e serviços complementares para os idosos. Embora a residência seja destinada às pessoas com capacidade para cuidarem de si próprias, os idosos podem ainda recorrer aos cuidados comunitários ou aos serviços de apoio devido a doenças ou ferimentos súbitos, por isso, sugiro ao Governo que melhore, de forma contínua, os respectivos projectos de cuidados domiciliários, para assegurar a saúde dos idosos.

No “Estudo sobre a Política de Habitação para Fins Residenciais da Região Administrativa Especial de Macau”, foi feita uma projecção sobre a procura de residência para idosos nos próximos anos. Alguns idosos afirmaram que a não candidatura se deveu aos elevados custos de utilização, ou às diferentes necessidades em termos de concepção e de serviços de apoio. Proponho ao Governo que, tendo em conta a actual situação de candidatura e as opiniões sobre os projectos da referida residência, proceda a um estudo mais aprofundado sobre a situação habitacional dos idosos e efectue um bom planeamento, com vista a dar resposta às necessidades da população idosa.

IAOD dos Deputados Ma Chi Seng e Pang Chuan em 11.04.2024

Sugerir novamente a recuperação da Avenida de Cheng Kuan-ying na Zona A dos novos aterros urbanos

No dia 26 de Outubro de 2021, apresentei, em conjunto com o Deputado Ma Chi Seng, uma intervenção Antes da Ordem do Dia sobre a recuperação da Avenida Zheng Guanying na Zona A dos novos aterros urbanos, mas, até ao momento, ainda não houve quaisquer resultados. Assim sendo, solicitamos mais uma vez ao Governo que dê a devida atenção ao assunto.

Em 2022, assinalou-se o 180.º aniversário do nascimento de Zheng Guanying, conhecido como “filho de Macau” e, em 2024, comemoram-se os 130 anos da publicação da obra “Advertências em Tempos de Prosperidade”, escrita por ele em Macau. Sendo Zheng um brilhante “cartão de visita histórico e cultural” de Macau, a recuperação da Avenida de Zheng Guanying tem um grande significado histórico e prático.

Nascido em 1842, natural da aldeia de Yongmo, distrito de Sanxiang, de Xiangshan, Zheng viveu em Macau e foi para Xangai aos 16 anos para se dedicar ao movimento de autofortalecimento, tendo assumido cargos como o de director-geral do departamento de telégrafos de Xangai, da secção de Guangdong da empresa de mineração de Kaiping e da fábrica de ferro de Hanyang, bem como de director da empresa de navegação a vapor para comerciantes da China. Desde 1886, viveu em retiro na Casa do Mandarim, em Macau, onde escreveu a obra “Advertências em Tempos de Prosperidade” e, em 1907, começou a elaborar as sequências de “Advertências em Tempos de Prosperidade”. Zheng foi um dos primeiros teóricos e pensadores iluministas da China moderna com um sistema completo de pensamento reformista, sendo também um conhecido industrial, educador, literato e filantropo. A obra “Advertências em Tempos de Prosperidade”, publicada em 1894, é considerada cânone de reforma e cura para a nação, tendo influenciado várias figuras da elite da época, como Kang Youwei, Liang Qichao, Sun YatSen e Mao Zedong. A obra desempenhou um importante papel instrutivo durante o processo de modernização, e continua a ter muita importância inspiradora.

Nos anos 90 do século XX, em homenagem a Zheng Guanying, uma estrada nos Novos Aterros do Porto Exterior (NAPE) foi baptizada como “Avenida Zheng Guanying”, com o código de arruamento n.º 1921 no Cadastro das Vias Públicas da Cidade de Macau. Depois de 2002, por necessidade do desenvolvimento urbanístico, o então Conselho de Administração do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM), na sua sessão de 7 de Setembro de 2007, deliberou cancelar a designação da Avenida Zheng Guanying, e a mesma foi publicada no Boletim Oficial da RAEM n.º 21, II Série, de 2007.

Neste momento, Macau está a acelerar a construção da “Base de intercâmbio e cooperação que, tendo a cultura chinesa como a predominante, promove a coexistência de diversas culturas” e a integrar-se activamente no desenvolvimento nacional, por isso, devemos recordar profundamente as contribuições ideológicas e a persistência em pôr o seu pensamento em prática de Zheng Guanying para o desenvolvimento nacional e a prosperidade da nação. Assim, proponho a recuperação da Avenida de Cheng Kuan-ying, junto das instalações culturais públicas de grande dimensão na Zona A dos Novos Aterros, para destacar a posição e o papel de Macau no processo histórico do desenvolvimento nacional, como uma plataforma importante para reforçar a educação do “amor pela Pátria e por Macau”, e o intercâmbio e a cooperação cultural entre Macau e o Interior da China.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 11.04.2024

Estudar o lançamento de medidas para revitalizar a economia e melhorar a qualidade de vida da população, para atenuar a pressão das PME e microempresas

A melhoria da qualidade de vida da população é inseparável do desenvolvimento económico. Com os esforços do Governo e dos sectores da sociedade, o número de visitantes tem aumentado de forma estável, mas o desequilíbrio do desenvolvimento económico não agrada a todos. Numa sessão de intercâmbio recentemente realizada por uma associação da restauração, muitos operadores referiram que a economia de Macau continua a recuperar, que, nos últimos anos, mudou o modelo de consumo e a capacidade de consumo dos turistas, que muitos residentes optam por fazer compras no Interior da China, que há uma generalização das compras online e que as rendas são altas, situação que dificulta a exploração de muitas PME e microempresas. Mais, a actual situação de exploração do sector da restauração está muito diferente, e o ambiente de exploração varia muito entre as diversas zonas, algumas são muito movimentadas, enquanto outras estão desertas. Assim, nem todas as lojas conseguem partilhar dos frutos do aumento do número de turistas.

Face às diferenças no ritmo de recuperação das diversas zonas, mesmo que o Governo e os sectores recorram a meios extravagantes para dinamizar a economia comunitária, atraindo, com muito esforço, mais turistas para os bairros comunitários, incentivando os residentes a permanecer e consumir em Macau, o fluxo de pessoas nas zonas comunitárias continua aquém das expectativas. Tomando como referência as medidas de benefício ao consumo lançadas pelo Interior da China nos últimos anos, para dinamizar a economia, o Governo deve estudar a situação de exploração de cada zona e lançar medidas de benefício ao consumo para estimular a economia, que também podem aliviar, em certa medida, os encargos dos residentes.

Nos últimos anos, as regiões vizinhas começaram a dar importância à “criação de algo nas zonas comunitárias”, aproveitando as características locais para criar espaços comunitários atractivos para impulsionar o aumento do fluxo de pessoas e dinamizar a economia. Há dias, o Governo e as empresas de autocarros levaram os deputados a visitar seis grandes zonas da cidade e a conhecer o seu posicionamento de desenvolvimento, esperando que os recursos históricos dessas zonas se articulem com as características dos diversos bairros comunitários, e, através do aperfeiçoamento do trânsito, sejam aumentadas as ligações, melhoradas as instalações para deslocações lentas, atravessamento de ruas, e estacionamento, facilitando a circulação entre as diversas zonas, dinamizada a economia comunitária, aproveitadas as zonas e as empresas de lazer para se criar um ambiente de negócios para as PME locais, elevar nível e a eficácia do modelo de exploração “usar um ponto para puxar o desenvolvimento de todo o bloco”, e promover o desenvolvimento da economia comunitária.

Tendo em conta a nova era pós epidemia e a mudança do modelo de consumo, espera-se que o Governo aperfeiçoe o regime de licenciamento, dê um passo em frente para encurtar o tempo e acelerar a eficiência dos trabalhos de apreciação dos pedidos através dos serviços “one-stop” de emissão de licenças e reforce os trabalhos de formação dos recursos humanos das PME, especialmente nestes últimos anos, em que residentes e turistas encomendam a comida através das redes sociais. Espera-se também que o Governo, para além de reforçar os trabalhos de divulgação, crie cursos para ensinar o sector da restauração a divulgar as suas próprias características, para aumentar a sua competitividade e a frequência, e para se expor ao público.

Por fim, apela-se aos proprietários para entenderem a pressão das micro e PME e que as aliviem no que respeita às rendas, para se ultrapassar em conjunto os tempos difíceis que as mesmas estão a viver. O diploma legal sobre as lojas de habitação pública foi promulgado em 1992, há mais de 30 anos, portanto, espero que o Governo proceda à reforma das lojas nos complexos de habitação pública, adaptando-as ao desenvolvimento social, e ajudando os residentes a obterem mais espaços para a expansão dos seus negócios.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 11.04.2024

Reforçar a educação do amor pela Pátria e por Macau, e a consciência nacional dos residentes

Este ano comemora-se o 75.º aniversário da fundação da República Popular da China e o 25.º aniversário do retorno de Macau à Pátria, o que se reveste de grande significado. Desde o estabelecimento da RAEM, o rápido crescimento económico, a melhoria contínua da qualidade de vida da população e a estabilidade e harmonia sociais dependem do sucesso da concretização do princípio “Um país, dois sistemas” e da persistência de toda a sociedade de Macau no valor fundamental do amor à Pátria e a Macau. No futuro, o Governo deve continuar a reforçar a educação do amor pela Pátria e por Macau, a cultivar e a aumentar a identidade emocional e o sentimento de pertença ao País, e a consolidar a consciência de comunidade da nação chinesa, especialmente face à nova era e à nova situação. Para se aproximarem mais da vida quotidiana e dos jovens, os conteúdos, as formas e os métodos da educação do amor pela Pátria e por Macau devem acompanhar a evolução dos tempos, e a atractividade desta educação deve ser aumentada. Pelo exposto, apresento as seguintes sugestões:

1. A Lei da educação patriótica entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2024, por isso sugere-se ao Governo que melhore a articulação entre a educação do amor pela Pátria e por Macau e a Lei da educação patriótica, coordenando as forças patrióticas de todos os sectores da sociedade, especialmente das associações juvenis; promova, com perseverança, a educação patriótica, reforce, em diferentes níveis, a educação sobre a história e a cultura do País e os assuntos nacionais, legue e promova o espírito de patriotismo e reforce o reconhecimento dos residentes sobre a excelente cultura tradicional do País e da China, defenda conscientemente a unidade e a união nacional, bem como destaque a prática e as acções na educação do amor pela Pátria e por Macau, incentivando mais pessoas a transformar o patriotismo em acções concretas e conscientes, integrando-se verdadeiramente na conjuntura do desenvolvimento nacional.

2. Os Serviços de Educação vão lançar, no ano lectivo de 2024/2025, o “Campo de educação patriótica” destinado aos alunos do 1.º ano do ensino secundário geral, que inclui visitas a Zhuhai ou à Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin. Sugiro ao Governo que faça bem o respectivo balanço, no sentido de estender a iniciativa a outros anos de escolaridade, para alcançar maiores resultados. Como os recursos de educação patriótica são abundantes nas cidades da Grande Baía, o Governo pode colaborar com estas na criação de mais e diversificados produtos de estudo sobre o “amor à Pátria e amor a Macau” para alunos de diferentes idades e necessidades, reforçando, assim, a proximidade e a iniciativa dos residentes na integração no desenvolvimento da Grande Baía.

3. Este ano, o Governo vai voltar a organizar, em conjunto com o Gabinete de Ligação do Governo Popular Central na RAEM, a “Exposição sobre a Educação da

Segurança Nacional”. Espero que colabore com as escolas, as associações e os diversos sectores da sociedade, para fazer melhor os trabalhos de promoção da educação sobre a segurança nacional, maximizando os efeitos do “Dia da Educação da Segurança Nacional”. Este ano, o Governo vai concluir a publicação de vários materiais didácticos complementares sobre a “Educação da Segurança Nacional”, que vão ser utilizados em todos os níveis de ensino no próximo ano lectivo. Sugiro ao Governo que realize acções de formação regulares e sistemáticas para o pessoal da educação, e que lhes dê mais oportunidades para participarem nos intercâmbios relacionados com a segurança nacional na Grande Baía, para conhecerem as respectivas estratégias pedagógicas e assegurarem a preparação para cultivarem a consciência de segurança nacional entre os jovens.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 11.04.2024

Reforçar o mecanismo de prevenção para proteger o ambiente de crescimento dos menores

Nos relatórios do Supremo Tribunal e da Suprema Procuradoria, apresentados nas duas Sessões plenárias deste ano, destaca-se a delinquência juvenil e a protecção integral do ambiente de crescimento saudável das crianças e jovens, demonstrando a importância que o País dá ao crescimento dos menores. Nos relatórios refere-se ainda a “tolerância zero” para com os crimes contra menores e a defesa das escolas de acordo com a lei.

Segundo as estatísticas da criminalidade de 2023, divulgadas pelas autoridades de segurança, registou-se, nos últimos anos, um aumento anual dos crimes de abuso sexual de menores e dos crimes de pornografia de menores. Isto deve-se, principalmente, à imaturidade e à falta de consciência e de capacidade de autoprotecção dos jovens.

A prevenção é sempre mais eficaz e importante do que a punição *a posteriori*.

Por isso, as Forças de Segurança e os serviços de educação nunca pouparam esforços na prevenção do crime de menores, por exemplo, criaram um novo mecanismo de intercâmbio com as autoridades policiais do exterior e uma plataforma de informações para combater a propagação de pornografia de menores. Nos últimos anos, a PJ tem organizado, em conjunto com os serviços de educação, palestras sobre “cibersegurança e prevenção do abuso sexual” e “prevenção do *bullying* escolar”, transmitindo aos milhares de alunos, encarregados de educação e pessoal docente as mensagens sobre estas temáticas. Ao mesmo tempo, aproveitou-se para reforçar a autoprotecção dos jovens através de um novo modelo de competição de curtas-metragens sobre prevenção do crime.

Segundo os dados estatísticos, a sensibilização e a educação sobre a prevenção do crime têm um efeito positivo na protecção dos menores, incluindo a coragem das vítimas em denunciar os casos, mas a capacidade e a consciência de autoprotecção dos jovens ainda precisam de ser reforçadas e consolidadas. Por isso, apelo a todos os sectores da sociedade para colaborarem no reforço dos trabalhos de sensibilização e educação, e do mecanismo de cooperação entre a família e a escola, no sentido de elevar a capacidade de protecção de todos os intervenientes da sociedade, salvaguardando a segurança dos menores em todas as vertentes, incluindo a escola, assegurando um ambiente saudável para o seu crescimento.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 11.04.2024

Eliminação da discriminação dos sexos e desenvolvimento dos direitos e interesses laborais das mulheres

Desde o estabelecimento da RAEM, graças à adopção pelo Governo de uma série de medidas para salvaguardar e desenvolver os direitos e interesses das mulheres, o seu nível de instrução, o seu estatuto socioeconómico e a sua participação social não pararam de aumentar.

Mas ainda há margem para melhoria dos direitos e interesses laborais das mulheres. Tomando como exemplo a licença de maternidade, a Lei das relações de trabalho prevê que as trabalhadoras têm direito, por motivo de parto, a 70 dias de licença de maternidade, mas o prazo é muito inferior às 14 semanas estipuladas na Convenção sobre a Protecção da Maternidade e é também inferior aos 90 dias de licença de maternidade das funcionárias públicas. Entre as medidas de médio e longo prazo dos Objectivos do Desenvolvimento das Mulheres de Macau, destacam-se o estudo da introdução de disposições respeitantes à amamentação/recolha de leite e a uniformização da duração da licença de maternidade nos sectores público e privado, com vista ao reforço da protecção laboral das grávidas e puérperas no activo. Neste contexto, desejo que o Governo possa concretizar os vários objectivos planeados, tal como previsto, e aumentar gradualmente o prazo da licença de maternidade das trabalhadoras e funcionárias públicas de acordo com as normas das convenções internacionais do trabalho, de modo a promover melhor a recuperação da saúde das trabalhadoras após o parto e a reforçar a protecção da maternidade. Simultaneamente, as autoridades devem também iniciar, o mais breve possível, o estudo e a formulação da nova fase de planeamento dos Objectivos do Desenvolvimento das Mulheres de Macau, para apresentação do rumo e dos objectivos da próxima fase de desenvolvimento, para convergirem perfeitamente com o planeamento existente, em prol da salvaguarda do desenvolvimento sustentável dos direitos e interesses das mulheres.

Mais, a estrutura demográfica de Macau está a sofrer grandes mudanças. A descida contínua da taxa de natalidade e o agravamento do envelhecimento da população vão causar impacto profundo na oferta de mão-de-obra, na economia e na sociedade. Segundo um estudo das Nações Unidas, numa sociedade envelhecida e com baixa taxa de fertilidade, o aumento da paridade da taxa de participação da força de trabalho contribui mais para a manutenção do desenvolvimento

económico do que a elaboração de políticas que promovam a natalidade das mulheres. Segundo um outro estudo, a eliminação de todas as disparidades de género no emprego pode contribuir para um aumento do PIB *per capita* de quase 20 por cento. Assim, reforçar o investimento nas mulheres não só beneficia as próprias mulheres, mas também toda a sociedade.

O Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, afirmou: “ao ritmo actual, a igualdade jurídica entre homens e mulheres está ainda a cerca de 300 anos de distância”. Em contraste com isto, o sucesso de Macau na promoção dessa igualdade e na defesa e desenvolvimento dos direitos e interesses das mulheres é, sem dúvida, notável, mas é preciso sempre ir mais longe. Assim, espero que o Governo continue a promover a criação de normas sociais para a igualdade de género, concretizando-a em todas as políticas, permitindo a participação das mulheres no desenvolvimento socioeconómico, através da redução dos seus cuidados não remunerados e encargos familiares, para que contribuam com a sua sabedoria e força para acelerar a igualdade de género e promover o desenvolvimento das mulheres em todo o mundo.

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 11.04.2024

Reforço do apoio ao emprego dos recém-licenciados de Macau

Com a chegada da época de procura de emprego para os finalistas de cursos de licenciatura e pós-graduação, começaram, em Março, as actividades de recrutamento da primavera em alguns campus universitários. Com base na projecção do número de estudantes do ensino secundário em Macau no ano lectivo de 2020/2021, estima-se que haverá cerca de 4 mil recém-licenciados a entrar no mercado de trabalho este ano, mas face à actual recuperação económica de Macau, existem certos desafios no que respeita a encontrarem o emprego da sua preferência. Muitos residentes de Macau estudam no Interior da China, e como o número de recém-licenciados do Interior da China voltou a atingir um nível recorde, a pressão da concorrência é enorme e é difícil encontrar um emprego. Assim, muitos estudantes esperam regressar a Macau para procurarem oportunidades de emprego, ou ir para a Grande Baía e para a Zona de Cooperação Aprofundada para procurarem novas oportunidades de desenvolvimento, mas têm dificuldades em regressar a Macau devido à insuficiência de informações, à falta de articulação entre as suas especializações e os postos de trabalho, etc.

Assim, sugiro o seguinte:

1. O Governo, assim espero, deve continuar a prestar serviços de apoio ao emprego dos jovens, acelerar a realização de estágios e formação prática, workshops de simulação de entrevistas e outras actividades, deve promover a Feira de Emprego para Jovens, acções de recrutamento para recém-graduados, etc., disponibilizando assim vários canais para a procura de emprego por parte dos recém-graduados, e deve reforçar a divulgação, especialmente para os estudantes de Macau que estudam no Interior da China, para lhes facilitar o domínio de informações sobre o emprego e o empreendedorismo em Macau, na Grande Baía e na Zona de Cooperação Aprofundada.

2. O Governo, espero, deve reforçar a cooperação com o Governo do Interior da China, tomando a Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin como local piloto para atrair o investimento e o desenvolvimento das quatro grandes indústrias, atrair mais empresas de renome a estabelecerem-se em Macau e nessa Zona, reforçar a cooperação com empresas de renome do Interior da China, realizar mais visitas e estágios para jovens de Macau nas empresas do Interior da China, criar mais postos de trabalho para os recém-graduados, alargar os tipos de emprego, e alargar os caminhos de procura de emprego dos jovens locais. Ao mesmo tempo, deve ser estabelecido um mecanismo de reconhecimento mútuo das qualificações profissionais entre as duas regiões e um sistema de avaliação completo e sem obstáculos, reforçando a orientação e a divulgação das respectivas informações, para os jovens de Macau conhecerem plenamente os requisitos para ingresso nos sectores das diferentes regiões.

3. Aperfeiçoar as medidas para o regresso de talentos a Macau, reforçar as acções de divulgação e a utilização do subsídio para aquisição de material escolar para os estudantes do ensino superior, entre outras medidas, para incentivar mais finalistas do ensino superior a procederem ao registo de quadros qualificados; com base na base de dados dos recursos humanos qualificados, abrir um canal bidireccional para a contratação por parte das empresas e para a procura de emprego por parte dos talentos, facilitando o emprego aos jovens e o recrutamento às empresas, através de medidas de apoio ao emprego mais direccionadas e precisas, contribuindo para o regresso dos talentos locais.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 11.04.2024

Reforçar o apoio à saúde psicológica e desempenhar bem o papel de “guardião da vida”

Nos últimos anos, têm-se verificado em Macau, de vez em quando, casos de suicídio envolvendo pessoas de diferentes idades. Segundo informações disponibilizadas, no ano passado registaram-se 88 mortes por suicídio em Macau, um aumento de 10 por cento em relação a 2022. É de notar que o falecido mais novo tinha 14 anos e o mais velho, 86 anos, o que mostra que os problemas de saúde psicológica não podem ser ignorados.

Actualmente, com a criação, pelas autoridades, de um modelo de serviços de saúde mental assinalado pela “prevenção de quatro níveis, interligados estreitamente aos tetracíclicos”, contando com a participação de associações dos serviços sociais, instituições psiquiátricas comunitárias, centros de saúde e hospitais na prestação de serviços psiquiátricos ao público, e de um “grupo de trabalho sobre saúde física e psicológica nas escolas” para concretizar a “detecção e intervenção precoces”, foram alcançados alguns resultados. Mas, como a economia de Macau ainda não recuperou totalmente, e com o agravamento do envelhecimento populacional e a aceleração evidente do ritmo da vida e da sociedade, as perturbações mentais comuns, como a ansiedade e a depressão, bem como os problemas psicológicos e comportamentais, têm vindo a aumentar de ano para ano.

Segundo os dados do Governo, em 2021, foram atendidos mais de 45 mil utentes na consulta externa de psiquiatria do Centro Hospitalar Conde de São Januário, o que representa um aumento anual de 13 por cento; e, em 2022, o número total de consultas de psicoterapia ultrapassou 8 mil, e o Governo duplicou o número de beneficiários de subsídios atribuídos às instituições médicas sem fins lucrativos para a prestação de serviços de psicoterapia, de 2250 para 4500. Isto demonstra que a procura de serviços de saúde mental está a aumentar.

Em termos de recursos humanos, o número de psicoterapeutas e psiquiatras em Macau aumentou para 99, e o número do respectivo pessoal dos Serviços de Saúde aumentou de 32 para 41, para prestar os serviços psicológicos necessários aos residentes. Mas as doenças mentais são ocultas, e os residentes com perturbações emocionais ligeiras a moderadas são facilmente negligenciados ou até estão ainda por descobrir, por isso, o Governo tem de estudar mais medidas para criar serviços comunitários completos de saúde mental, e detectar, intervir e tratar da doença o mais cedo possível, para evitar a repetição de tragédias sociais.

Assim, sugiro o seguinte:

1. Com o aumento da procura de profissionais na área da saúde mental, as autoridades devem proceder a uma avaliação global da sua distribuição em Macau.

Quanto aos cuidados de saúde mental, deve ser reforçado o investimento e a formação de pessoal, e estudado o estabelecimento de credenciação profissional para o pessoal que preste serviços de aconselhamento psicológico na comunidade ou nas escolas, a fim de melhor dar respostas à procura de cuidados de saúde mental por diferentes grupos etários.

2. O Decreto-Lei n.º 31/99/M (Regime da Saúde Mental) define uma série de medidas relativas à integração social e ao tratamento das pessoas com doenças mentais, mas as regras consagradas neste regime são mais focalizadas nos doentes com perturbações mentais e nas medidas de internamento compulsivo. Tendo em conta o aumento do número de pessoas com doenças mentais, como, depressão, ansiedade, etc., sugere-se que se proceda à revisão dos respectivos diplomas legais, para prestar mais apoio preventivo e terapêutico às pessoas com diferentes doenças psicológicas, a fim de aperfeiçoar o sistema de protecção da saúde mental.

3. Devem ser reforçados os trabalhos de educação e promoção da saúde psicológica na sociedade, incentivando-a a prestar maior apoio e atenção às pessoas com doenças psicológicas. Ao mesmo tempo, deve ser alargada a rede de cuidados comunitários, para incentivar os cidadãos a terem mais atenção ao seu estado psicológico, evitando, desse modo, o surgimento de discriminações e preconceitos, e devemos trabalhar em conjunto para sermos “defensores da vida”.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 11.04.2024

Promover a construção de uma base para a inovação tecnológica em Macau

Incentivada pela Pátria, Macau tem-se esforçado por desenvolver o posicionamento da cidade como “Um Centro, Uma Plataforma, Uma Base”, para se articular com os seus cartões-de-visita de “Cidade do Património Mundial” e “Cidade Criativa de Gastronomia”, e a sua rica experiência ao nível dos serviços, da cultura e do turismo internacional, do comércio transnacional, das exposições e dos espectáculos artísticos, e da criatividade, etc. constitui as vantagens especiais de Macau. Na perspectiva do corredor de inovação tecnológica da Grande Baía, tal posicionamento singular e a sua rica experiência na internacionalização tornaram Macau a cidade mais atractiva entre as quatro principais cidades para os visitantes internacionais, especialmente para os grupos empresariais de convenções e exposições. Porém, de acordo com o Índice Global de Inovação 2023 da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, Shenzhen-Hong Kong-Guangzhou manteve-se o segundo principal *cluster* de ciência do mundo durante quatro anos consecutivos, e apenas Macau não consta da lista do Centro de Inovação Tecnológica da Grande Baía, o que reflecte, objectivamente, que Macau não consegue acompanhar o ritmo das outras principais cidades em termos de inovação tecnológica.

Claro que o desenvolvimento tecnológico de Macau começou tarde e o crescimento das empresas tecnológicas de Macau exige um tempo prolongado. Mas, tal como disse o Ministro Wang Yi ao comentar as relações sino-europeias, as luzes vermelha, amarela e verde estão todas acesas na Europa, mas para Macau, que está principalmente orientada para Portugal, está definitivamente acesa a luz verde. Vale a pena estudar em profundidade a forma de tirar partido das semelhanças do sistema jurídico continental de Macau, do Interior da China e da Europa, e de aproveitar plenamente as vantagens da integração cultural com o Sul da Europa.

Pelo exposto, gostaria de apresentar as seguintes três sugestões:

1. Quanto à estratégia de “expansão para o exterior”, sugiro que o Governo tome a iniciativa de introduzir em Macau ou na Zona de Cooperação Aprofundada organismos que prestem serviços de testes e certificação correspondentes aos padrões internacionais, para criar uma ecossfera que satisfaça os diversos padrões, para que Macau seja uma base de instalação das empresas de investigação científica do Interior da China viradas para o exterior. As políticas específicas de atracção de empresas e talentos para grupos de empresas-alvo não só contribuem para a globalização das empresas internacionais de inovação científica e tecnológica da Grande Baía, como também para fazer surgir o efeito de “catfish”, estimulando a vitalidade inovadora das empresas locais e aumentando a respectiva competitividade internacional através do conhecimento das regras, padrões e leis, e regulamentos do mercado internacional.

2. Quanto à estratégia de “atração de investimentos”, sugiro que o Governo reforce ainda mais o papel de Macau como janela de intercâmbio entre os países de língua portuguesa e ao longo de “Uma Faixa, Uma Rota”, sobretudo, explore activamente a possibilidade de permitir que as “startups” tecnológicas desses países estabeleçam escritórios físicos ou virtuais em Macau, aproveite os quatro Laboratórios de Referência do Estado em Macau para se tornarem um ponto de ligação da indústria-universidade-investigação entre as empresas de ciência e tecnologia que servem estes países e os laboratórios de referência do Estado locais e de outros países, transformando, assim, Macau numa ponte para o intercâmbio e a integração das empresas nacionais e internacionais na área em causa, atraindo para Macau uma concentração de recursos internacionais de ciência, tecnologia e inovação, através de uma boa prestação de serviços financeiros na área da ciência e tecnologia.

3. Quanto à elevação da eficiência dos serviços de inovação científica e tecnológica, sugere-se ao Governo da RAEM que optimize ainda mais os procedimentos dos serviços comerciais do Governo, elevando a eficiência administrativa através da optimização das etapas e do tempo de apreciação, e acelere a concretização da livre circulação de pessoas, bens e capitais entre Macau, Hong Kong e as cidades da Grande Baía, com vista a aumentar a atractividade de Macau, para as empresas tecnológicas nacionais e estrangeiras optarem por se estabelecer aqui. Espera-se que, através da criação de um ambiente de serviços de inovação científica e tecnológica mais eficiente e amigável, se possa elevar a imagem de Macau como porta de entrada privilegiada no corredor da inovação científica e tecnológica da Grande Baía.

Pelo exposto, espera-se que, no ano em que se celebra o 75.^o aniversário da implantação da República Popular da China e o 25.^o aniversário do retorno de Macau à Pátria, o desenvolvimento da inovação científica e tecnológica de Macau possa alcançar um novo patamar, com o objectivo de construir um centro internacional de inovação científica e tecnológica na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, desenvolver o papel especial de Macau e abrir um novo capítulo brilhante para acelerar a integração de Macau no desenvolvimento nacional.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 11.04.2024

Apoiar o desenvolvimento do sector do comércio electrónico transfronteiriço em Macau

Na era digital, o comércio electrónico transfronteiriço está a acelerar a sua transformação, passando de um novo modo de comércio externo para uma nova normalidade, o que é de grande importância para promover a formação de uma estratégia de desenvolvimento em “duplo ciclo”. Refere-se no 14.º Plano Quinquenal Nacional que a China deve acelerar o desenvolvimento de novos modos de comércio electrónico transfronteiriço; o Relatório de trabalho do Governo deste ano sublinha a promoção do desenvolvimento saudável desse comércio e de outras novas indústrias; o Plano de Desenvolvimento da Diversificação Adequada da Economia da Região Administrativa Especial de Macau (2024-2028) propõe igualmente capacitar as empresas para desenvolverem actividades de comércio electrónico transfronteiriço e ajudá-las a ingressar em plataformas de comércio electrónico no Interior da China para venderem os seus produtos e serviços.

Segundo os dados da Administração Geral de Alfândega da China, em 2023, o valor total das importações e exportações do comércio electrónico transfronteiriço na China foi de 2,38 triliões de Reminbi, um aumento de 15,6 por cento. Segundo os dados da Alfândega de Gongbei, nos primeiros dois meses deste ano, o valor das exportações do comércio electrónico transfronteiriço através do Posto Fronteiriço da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau atingiu 7,57 mil milhões de Reminbi, um aumento de quase duas vezes em relação ao ano anterior. Isto mostra que, com a entrada em funcionamento do novo corredor económico e comercial dessa ponte, o desenvolvimento do comércio electrónico transfronteiriço está a acelerar, tornando-se um novo impulso para o desenvolvimento do comércio externo. Em particular, no contexto da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau, o comércio electrónico transfronteiriço, impulsionado por políticas, acelerará a concretização de um desenvolvimento de alta qualidade e tornar-se-á um dos motores importantes para impulsionar o desenvolvimento económico.

Mas a indústria do comércio electrónico transfronteiriço de Macau começou tarde e, na prática, há muitas condições prévias, o que leva muitas das respectivas PME a desistir de avançar com negócios. Por exemplo, as mercadorias de várias grandes plataformas de comércio electrónico precisam de ser guardadas nos armazéns alfandegados designados pelas mesmas, mas Macau e Zhuhai ainda não dispõem desses armazéns. Para se instalarem nas plataformas do Interior da China, os produtos precisam de autorização da marca, caso contrário, são suspeitos de “contrabando” ou até de “falsificação”, mas obter a autorização de uma marca internacional é um grande desafio para as PME e microempresas locais.

Se estes problemas não forem resolvidos, o comércio electrónico de Macau dificilmente se concretizará. Assim, os serviços competentes têm de definir, com precisão, políticas e medidas para apoiar o respectivo desenvolvimento de alta qualidade, empenhar-se na formação de empresas, na construção de armazéns logísticos e de marcas, e no aumento da eficácia dos serviços, para estimular o crescimento do comércio electrónico transfronteiriço através de um ambiente de negócios internacional, promover a modernização industrial e criar um novo padrão de desenvolvimento em “duplo ciclo”.

Assim, sugiro o seguinte:

1. Sugere-se que o Governo coopere com as principais plataformas de comércio electrónico, concedendo políticas preferenciais ou subsídios e incentivando as empresas de comércio electrónico transfronteiriço de Macau a promoverem-se nas plataformas, com vista à redução dos custos de publicidade. Ao mesmo tempo, deve fornecer formação e orientação para ajudar as empresas a desenvolverem estratégias de *marketing* mais eficazes e a aumentarem a exposição e a venda dos seus produtos.

2. Propõe-se prestar apoio em termos de instalações e armazenamento, concedendo às empresas de comércio electrónico transfronteiriço e de transmissão ao vivo instalações gratuitas no Parque Industrial de Comércio Electrónico Transfronteiriço da Zona de Cooperação Aprofundada, facilitando o estabelecimento das empresas de Macau ali. Mais, os serviços competentes podem construir, em Hengqin, entrepostos que satisfaçam as exigências das grandes plataformas de comércio electrónico do Interior da China, bem como armazéns próprios para medicamentos, com vista a proporcionar às micro, pequenas e médias empresas de Macau um serviço conveniente de armazenamento e desalfandegamento, em articulação com as necessidades de desenvolvimento das indústrias “1 4”.

3. Muitas plataformas de comércio electrónico de grande dimensão necessitam da autorização das marcas, e os produtos de Macau são normalmente provenientes de agentes gerais de Hong Kong, sem essa autorização, o que impossibilita a sua comercialização nas mesmas. Assim, o Governo pode, em cooperação com os serviços competentes do Interior da China, criar uma lista branca das marcas de Macau, com vista à autorização rápida e comercialização dos respectivos produtos e, ao mesmo tempo, liberalizar as restrições de produtos transfronteiriços, para que mais produtos transfronteiriços de Macau possam ser vendidos no Interior da China através das plataformas *online*.

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 11.04.2024

Reforçar a segurança alimentar em prol da saúde dos residentes

Com o desenvolvimento socioeconómico e a melhoria da qualidade de vida dos residentes, os nossos alimentos são cada vez mais diversificados. A nossa dieta era pouco diversificada, mas agora, o peixe, os camarões, cogumelos e legumes orgânicos passaram a ter maior peso. Comer fora já não é só para matar a fome, mas sim para convívios familiares, reuniões de amigos e dietas saudáveis, é preciso “comer bem”, mas é mais importante “comer saudável”.

Com a generalização dos alimentos pré-cozinhados, nos últimos 3 anos, 90% dos estabelecimentos de restauração venderam alimentos semiacabados e pré-embalados, e a segurança alimentar tornou-se numa grande preocupação para os consumidores. Os comentários foram tanto favoráveis como desfavoráveis, os padrões uniformes, a cozinha conveniente e rápida, etc. são as vantagens e características dos alimentos pré-cozinhados, em consonância com a actualidade de ritmo acelerado, mas estes alimentos apresentam vários problemas, como a deterioração e menos frescura, devido aos longos períodos de armazenamento, a danificação da embalagem, etc. Alguns consumidores admitiram estar preocupados com a fiscalização.

Com o desenvolvimento das tecnologias, a importação de “frango fresco” começou finalmente, antes deste Ano Novo Lunar. Este tipo de frango é tenro, mantém o sabor fresco e é muito popular no mercado, e o sucesso da sua importação deve-se ao grande apoio da Administração Geral das Alfândegas da China e à estreita cooperação e coordenação entre o IAM e a Alfândega de Gongbei, cujos resultados merecem o nosso reconhecimento. Os serviços competentes de Macau devem continuar a reforçar a fiscalização e a inspecção, para reforçar a segurança alimentar e salvaguardar a saúde dos cidadãos.

Assim, sugiro o seguinte:

1. Os serviços competentes, como o IAM e o Conselho de Consumidores, devem reforçar a inspecção e a fiscalização da segurança alimentar, especialmente a fiscalização da produção, processo logístico e etapas de venda dos produtos alimentares, e devem efectuar inspecções periódicas, testes aleatórios e avaliações de risco, para prevenir e detectar atempadamente eventuais problemas.

2. Macau não tem recursos para a criação de animais, os produtos alimentares foram sempre importados, e a importação de bens é sobretudo do Interior da China. Por isso, os serviços competentes devem assegurar a inspecção e quarentena dos produtos alimentares importados, a fim de garantir o cumprimento dos critérios e regulamentos de segurança, e além disso, a fim de melhor identificar e averiguar os potenciais riscos para a segurança alimentar, e garantir a segurança e a

fiabilidade dos géneros alimentícios a partir da sua origem, é ainda necessário aceder atempadamente às informações relativas à segurança alimentar, incluindo a situação da retirada dos produtos alimentares que apresentam riscos.

3. Há que realizar acções de educação e formação sobre a segurança alimentar, reforçar a formação e a orientação dos trabalhadores do sector, transmitir aos consumidores conhecimentos e técnicas sobre segurança alimentar e elevar a consciência da população sobre a mesma, para se poder comer de forma tranquila e descansada.

4. Espera-se que os serviços competentes, para além de fiscalizarem eficazmente a qualidade dos produtos, mudem de posição e ajudem as empresas a controlar os custos, e usem a inteligência e a estratégia para atingir o objectivo de “ter bons resultados sem muito esforço”. Caso contrário, o sector ficará sobrecarregado, e não se pode deixar que o aumento dos custos seja a última gota de água.

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 11.04.2024

Aliviar a pressão das micro e PME e salvaguardar o emprego estável dos trabalhadores locais

Segundo os Serviços de Turismo, registaram-se mais de 400 mil visitantes durante os quatro dias dos feriados da Páscoa, uma indicação da tendência favorável do desenvolvimento do sector do turismo, contribuindo para impulsionar a recuperação e a estabilidade dos sectores à sua volta. Registou-se um aumento do número de turistas e foi necessário controlar o fluxo de turistas durante os feriados e fins-de-semana devido às multidões nos pontos turísticos de *check-in*, mas continua a ser pouco o movimento nos bairros comunitários. Segundo algumas PME e microempresas, “depois do sucesso de suportar a situação difícil da epidemia, pensavam que podiam, finalmente, ter oportunidades de sobrevivência”, mas para além de não beneficiarem das oportunidades decorrentes da recuperação do sector do turismo, o negócio está cada vez mais difícil devido à pressão das rendas e ao termo do prazo das diversas medidas de apoio do Governo, que implica a chegada do tempo para reembolsar os empréstimos. Muitas lojas que funcionaram durante anos acabaram por encerrar devido à falta de capacidade de subsistência, uma situação que merece, urgentemente, a nossa atenção.

Na minha opinião, a qualidade dos serviços das PME e a relação custo/benefício não são inferiores às dos territórios vizinhos, mas muitas lojas estão situadas em bairros comunitários, são empresas familiares de pequena dimensão e de estrutura pouco diversificada, e nos locais onde se encontram faltam instalações complementares e de diversão atractivas, pontos de referência associados a pontos turísticos ou supermercados e grandes centros comerciais, etc., o que faz baixar a relação custo/benefício original. Mais, as informações promocionais e publicitárias sobre Macau nos *websites* do turismo continuam a centrar-se nas zonas e pontos turísticos, tais como as Ruínas de S. Paulo e a Rua do Cunha, e assim é difícil atrair turistas para os bairros comunitários. São vários os factores objectivos que conduziram a uma pressão crescente sobre as PME e as microempresas.

É de salientar que as PME e microempresas são importantes para apoiar o desenvolvimento diversificado da economia de Macau, representam mais de 90% das empresas locais e proporcionam mais de 60% dos postos de trabalho, portanto, a sua situação de exploração e de sobrevivência afecta directamente os trabalhadores locais e as suas famílias. Se não conseguirem progredir, os salários e as regalias dos trabalhadores não são aumentados, e a estabilidade do emprego é posta em causa e a situação vai reflectir-se no grau de cautela dos residentes no consumo, especialmente nas lojas ligadas à vida da população. Assim, a forma de ajudar essas empresas a ultrapassarem as dificuldades, para se manter a estabilidade social e melhorar o bem-estar da população, é algo que merece a ponderação do Governo.

Assim, apresento as seguintes três opiniões e sugestões:

1. Quanto às medidas de curto prazo, como o prazo de reembolso das várias medidas de apoio lançadas pelo Governo durante a epidemia já terminou, sugiro ao Governo que avalie, quanto antes, a situação de exploração e a capacidade de reembolso das referidas empresas, continue a implementar as medidas provisórias de “ajustamento do reembolso de diversos planos de apoio”, para as ajudar a ultrapassar as dificuldades de exploração durante o período de transformação. E, tendo em conta as necessidades reais do mercado, sugiro ao Governo que ausculte as opiniões da sociedade, estude o lançamento de mais uma ronda do plano de benefícios ao consumo, para apoiar as famílias em situação vulnerável, promova a procura interna, e estenda o actual Plano de Prémios e Incentivos ao Consumo da Zona Norte a todas as zonas de Macau, para aumentar os efeitos efectivos deste Plano, beneficiar mais PME e microempresas e aliviar a sua pressão de exploração, beneficiando todos os trabalhadores e aumentando, a longo prazo, o poder de compra dos residentes de Macau.

2. No que respeita às medidas a médio prazo, sugere-se que se continue a avaliar a situação de exploração das micro e PME, analisando aprofundadamente as dificuldades que enfrentam. Por exemplo, durante o período de “reconversão” e “actualização” das actividades comerciais, para além da insuficiência de capitais, as formalidades administrativas complicadas e demoradas também agravam os custos de exploração. Mais, existem também dificuldades técnicas na utilização das plataformas de divulgação *online*. Proponho ao Governo que implemente medidas específicas para resolver o problema, incluindo a melhoria dos projectos de apoio actualmente disponibilizados, e que reforce, especialmente, o apoio técnico, para as micro e PME conseguirem melhores condições para alterar as suas estratégias de exploração, tudo para atraírem mais consumo dos residentes e turistas, saírem das dificuldades e continuarem a funcionar de forma saudável.

3. Quanto ao longo prazo, com vista a atrair mais consumo nos bairros comunitários, apelo ao Governo para racionalizar o planeamento das diversas zonas, melhorar as políticas complementares, atrair os residentes e turistas através da gastronomia, reforçar a divulgação, em articulação com as diversas culturas, e criar uma marca e actividades típicas das zonas comunitárias. Ao mesmo tempo, sugere-se o alargamento da “largura” e o aumento da “profundidade” da cooperação interdepartamental, no sentido de embelezar o ambiente comunitário, melhorar as instalações complementares de trânsito, e aperfeiçoar as instalações nas várias zonas, a fim de reduzir os conflitos decorrentes dos impactos na vida dos residentes, e de impulsionar, em conjunto, a plena recuperação económica de Macau.

IAOD da Deputada Lo Choi In em 11.04.2024

Evitar o surgimento de uma onda de encerramentos devido a uma recuperação desequilibrada e exortar ao lançamento de medidas de benefício universal e de incentivos para consumir em Macau

Recentemente, houve muitas notícias e discussões nas redes sociais e nos média locais, sobre a situação miserável do mercado durante os feriados e o encerramento de várias lojas comerciais, incluindo algumas lojas de marcas antigas. Não é de espantar que uma loja antiga feche, mas se várias fecharem portas ao mesmo tempo num curto espaço, tal vai afectar directamente os rendimentos dos residentes das camadas de base, a confiança do mercado e a recuperação em geral, e até pode provocar riscos financeiros sistemáticos. Assim, o Governo deve dar importância ao problema e não pode ficar indiferente.

Segundo algumas opiniões, os comerciantes têm de assumir os riscos e de aceitar ser eliminados e ajustados pelo mercado. No entanto, exorto o Governo a ter em conta que os empresários são gente de Macau e trabalham para sustentar a sua família, e que as lojas representam os rendimentos de uma família e suportam os postos dos seus trabalhadores e o sustento das famílias destes. As pequenas empresas e lojas são pilares importantes de Macau, portanto, o Governo, enquanto líder executivo, tem a responsabilidade de equilibrar o desenvolvimento da sociedade e não pode dar importância apenas ao número de turistas nas zonas turísticas ou às receitas do jogo, deve, sim, prestar também atenção ao ritmo desigual da recuperação e ao ambiente de sobrevivência e aos negócios das lojas situadas nos bairros comunitários.

Como diz o ditado “A pessoa é iluminada quando ouve ambos os lados, e ignorante se ouvir apenas um deles”. O Governo não pode olhar apenas para alguns dados brilhantes e ignorar a situação na íntegra, assim, apelo a que pondere e adopte, de imediato, medidas de apoio mais práticas e eficazes. Sugiro ao Governo que volte a lançar, a curto prazo, medidas generalizadas de incentivo ao consumo, tal como as implementadas durante a epidemia, bem como medidas de incentivo ao consumo em Macau, desconto imediato no consumo para todas as zonas e medidas de benefícios para desviar os turistas, para incentivar, em todos os aspectos, o consumo e atrair os clientes a consumirem nos bairros comunitários.

As referidas medidas podem surtir efeitos a curto prazo e são bem importantes para as comunidades e associações comerciais. Segundo muitos comerciantes da restauração e venda a retalho, o volume de negócios está ainda pior do que durante a epidemia, e é muito difícil manter os negócios, portanto, esperam que o Governo adopte uma atitude para salvar as pessoas e o mercado, e lhes preste atenção suficiente e apoio oportuno. A longo prazo, há que melhorar continuamente as instalações complementares de trânsito, incluindo o planeamento científico das obras viárias, que acelerar o andamento da emissão de licenças de táxis e que aproveitar a força e os recursos das seis concessionárias do jogo para aperfeiçoar

o ambiente de negócios, otimizando e desenvolvendo, de forma contínua, as actividades de revitalização nas diversas zonas.

Além disso, solicito ao Governo que considere o ajustamento das actuais políticas sobre o mercado imobiliário, para aumentar o volume das transacções e libertar a vitalidade do mercado. A minha ideia não é fazer subir os preços dos imóveis ou fazer ressurgir a especulação, mas sim ajudar os cidadãos, pois muitos deles estão a receber muito menos ou até se encontram desempregados, e dificilmente conseguem pagar as prestações, e alguns empresários têm falta de dinheiro e esperam, através da venda de imóveis, aliviar a pressão sentida nos negócios. Com as medidas de apoio implementadas pelo Governo a terminar sucessivamente, os cidadãos e os lojistas que têm dificuldades financeiras vão enfrentar mais pressão no reembolso dos empréstimos. Por isso, apelo mais uma vez ao Governo para ajustar, atempadamente, as políticas consoante a situação real do mercado, ajudando-os a ultrapassar as dificuldades e recuperando a confiança do mercado.

IAOD do Deputado Cheung Kin Chung em 11.04.2024

Acelerar a integração da cultura e do turismo entre Macau e Hengqin, e promover o desenvolvimento de alta qualidade da indústria do “Turismo +”

Sob a forte liderança do Chefe do Executivo, Macau está a acelerar a construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer, a implementar, de forma ordenada, a estratégia de desenvolvimento diversificado “1+4”, a promover, vigorosamente, o desenvolvimento das indústrias relacionadas com o “Turismo +”, e a acelerar a construção da Zona de Cooperação Aprofundada através de várias medidas, estando a encaminhar-se para a concretização do objectivo de um desenvolvimento diversificado e de alta qualidade.

Com a posse de dois cartões-de-visita, aliás, “Cidade do Património Mundial” e “Cidade Criativa de Gastronomia”, as instalações complementares de turismo e de lazer em Macau são consideravelmente perfeitas. Graças à localização privilegiada da Zona de Cooperação Aprofundada, os seus cenários naturais e paisagens culturais são únicos. Como o Governo tem sido proactivo no sentido de aumentar os intercâmbios entre Macau e Hengqin, o desenvolvimento integrado de várias indústrias está a ganhar ímpeto. Este ano, a passagem da Zona de Cooperação Aprofundada a zona aduaneira autónoma é de grande importância para promover ainda mais a integração entre Macau e Hengqin. Para melhor promover a integração da cultura e do turismo entre Macau e Hengqin, e o desenvolvimento de alta qualidade da indústria do “Turismo +”, gostaria de apresentar as seguintes sugestões:

1. Reforçar ainda mais a cooperação entre empresas do sector da cultura e do turismo de Macau e Hengqin, desenvolver itinerários “multidestinos” e aumentar a publicidade, para que a Zona Turística Dourada de Macau e Hengqin seja criada, transformando assim Macau e Hengqin em destinos turísticos internacionais de renome e de alta qualidade.

2. No âmbito do desenvolvimento integrado do “Turismo +”, há que maximizar a complementaridade dos recursos de Macau e de Hengqin, reforçar as acções conjuntas para desenvolver prioritariamente as indústrias integradas de “Turismo + Cultura e Desporto”, como as de lazer, eventos desportivos, espectáculos culturais e artísticos, turismo marítimo, etc.; há que reforçar também a cooperação entre as duas regiões em “turismo + convenções e exposições”, concretizar ainda mais a articulação eficaz de actividades de “uma convenção, dois locais” e de “uma exposição, dois locais”, criar produtos ricos em “turismo +”, e estender toda a cadeia da indústria de “restauração, alojamento, transporte, turismo, compras e entretenimento”.

3. A medicina tradicional chinesa é uma das quatro indústrias emergentes de Macau e, em conjugação com o objectivo de transformar a Zona de Cooperação Aprofundada num campo para a indústria de saúde, há que desenvolver, através

da cooperação entre Macau e Hengqin, serviços de manutenção de saúde, de lazer, de reabilitação, de gestão de saúde, de cuidados de saúde e de estética de alto nível, criar uma base de férias de saúde, alargar as fontes de visitantes do Interior da China e do exterior, e promover o desenvolvimento de alta qualidade de “turismo + macrossaúde” das duas regiões.

4. Há que criar condições para a implementação da política de um visto para múltiplas viagens entre as duas regiões para as excursões, aumentar o espaço e a experiência turística de Macau, reforçar a sua função como cidade turística central da Grande Baía, e enriquecer o conteúdo do Centro Mundial de Turismo e Lazer.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 11.04.2024

Planear a construção de sistemas para prevenção e redução de desastres e respectivo salvamento

Macau está prestes a entrar na época das chuvas e tufões. Segundo as previsões dos serviços meteorológicos em Abril, a época de tufões vai ser mais tarde do que o normal, só vai começar na segunda metade de Junho ou depois, e Macau vai ser afectado por 4 a 7 tempestades tropicais, algumas podem ser tufões severos ou de nível mais elevado, e podem registar-se chuvas extremamente fortes. Tendo em conta estas previsões, os serviços competentes devem tomar, quanto antes, medidas de prevenção, por exemplo, medidas de redução de desastres, simulacros de salvamento e evacuação, e medidas para abrigo e realojamento temporário, para reduzir o impacto dos tufões e inundações na segurança da vida e dos bens dos residentes.

Com as alterações climáticas ao nível mundial, Macau vai enfrentar mais desafios decorrentes de desastres climáticos, portanto, precisamos de estar preparados para as adversidades e para responder rapidamente a eventuais desastres. Assim, apresento as seguintes sugestões de prevenção e resposta:

1. Planear a construção de infra-estruturas para a prevenção e redução de catástrofes e o respectivo salvamento, para reforçar os elementos de prevenção e redução de desastres e de salvamento; e através do referido planeamento, elevar a capacidade de prevenção de inundações, de drenagem e de armazenamento de água, para aliviar o problema das inundações nas zonas costeiras e nas zonas baixas;

2. Planear as instalações de socorro e de abrigo, reforçar a distribuição geral dos centros de abrigo e dos postos de prevenção e resposta a desastres dos Bombeiros e da Polícia, e planear itinerários para socorro e evacuação em caso de emergência, ligando os diversos postos de prevenção de desastres e de salvamento;

3. Criar um sistema de monitorização de catástrofes para monitorizar terremotos, tufões e inundações, para previsão das zonas onde possam ocorrer calamidades e do grau de sinistralidade, emitir alertas, com antecedência, para a evacuação dos residentes em tempo oportuno, e tomar as devidas medidas de prevenção, para se ficar, em tempo real, a par da situação das catástrofes; e

4. Planear os itinerários e os postos de redução de desastres e de socorro, para enfrentar diferentes níveis de “*storm surge*”, aumentando assim a flexibilidade e a capacidade de resposta a desastres.

IAOD dos Deputados Iau Teng Pio e Kou Kam Fai em 11.04.2024

Rever o espírito do "Quadro geral" e promover o desenvolvimento educativo

Em 2019, o Presidente Xi Jinping, na sua visita a Macau, formulou quatro desejos para a RAEM, e grandes expectativas para a educação de Macau: "aumentar ainda mais o nível educativo, para se criar um regime de alto nível e melhores condições para o desenvolvimento dos jovens". De facto, nos últimos anos, o desenvolvimento educativo tem registado progressos notáveis, graças ao apoio do Governo e aos esforços dos operadores do sector educativo, em particular dos professores, com uma dedicação incansável e um amor profundo pelo trabalho, caso do PISA, cujos resultados demonstram o desempenho excelente dos nossos alunos e o reconhecimento da qualidade do nosso ensino. Ao mesmo tempo, a redução da taxa de repetências e o aumento da taxa de conclusão do ensino secundário são sinais evidentes do progresso contínuo da nossa educação, assim como a subida de posição das nossas universidades nos rankings internacionais, exemplos positivos do desenvolvimento contínuo da educação.

Os professores são a base e a fonte da prosperidade do ensino. Com o desenvolvimento da sociedade e da ciência e tecnologia, a área da educação enfrenta novos desafios e expectativas, incluindo mudanças nos métodos de ensino, na colaboração entre a família e a escola, nos cuidados aos alunos e na gestão escolar, e as exigências da sociedade em relação à capacidade profissional e à qualidade dos docentes têm aumentado gradualmente. O "Quadro geral do pessoal docente das escolas particulares do ensino não superior" (adiante designado por "Quadro geral"), que entrou em vigor em 2012, fornece garantias jurídicas sólidas para a criação de um corpo docente de alta qualidade, e tudo isto é fruto dos esforços conjuntos do Governo, do sector educativo e da Assembleia Legislativa, bem como da sociedade, da importância que esta dá à educação, e ao carinho e respeito pelos docentes. Sendo um marco importante na história do desenvolvimento do ensino não superior de Macau, hoje, podemos recordar o espírito legislativo do "Quadro Geral":

1. Para elevar eficazmente a qualidade do ensino, há que ajustar a carga horária semanal dos docentes, para se criar um ambiente pedagógico mais favorável. Os docentes tinham de assumir mais de 20 a 30 horas lectivas semanais, mas com o Quadro geral, passaram a ter mais espaço para prepararem melhor o trabalho pedagógico, conhecerem as necessidades dos alunos e criarem actividades educativas diversificadas, a fim de promover o crescimento personalizado dos alunos, elevar a qualidade do ensino e alcançar o desenvolvimento integral dos alunos.

2. Há também que encorajar os docentes a empenharem-se activamente no desenvolvimento profissional e nas actividades de investigação pedagógica, cumprindo funções não pedagógicas estreitamente ligadas à educação, para

elevarem o nível das suas práticas e os seus conhecimentos profissionais, e também para se criar uma equipa profissional de direcção e gestão escolar, para o desenvolvimento do mecanismo de autodisciplina e da gestão profissional dos docentes. Tudo isto se reveste da maior importância para elevar a qualidade e a eficiência de todo o sistema educativo de Macau.

A educação nunca foi um trabalho fácil. Os nossos antecessores, apesar da escassez de recursos, mantiveram-se firmes nos seus postos de trabalho, demonstrando profissionalismo e dedicação. O espírito de “autodisciplina” promovido pela “Convenção dos Professores de Macau” mostra que os educadores contemporâneos ainda assumem a importante missão de formar talentos e promover o desenvolvimento do ensino. Assim, propomos o seguinte:

1. Há que conhecer bem o conceito e a intenção original da educação, persistir no princípio de que o “Pensamento precede a inovação”, renovar constantemente o conceito de educação e adaptar-se ao desenvolvimento da época.

2. As escolas devem organizar o trabalho dos docentes de forma razoável, e todas as partes devem esforçar-se para criar e proteger um ambiente favorável à elevação da qualidade do ensino.

3. Face ao rápido desenvolvimento social, os serviços de educação devem proceder, atempada e globalmente, a uma avaliação e ao ajustamento das políticas educativas, para assegurar o equilíbrio entre as tarefas pedagógicas e as funções não pedagógicas dos docentes, o seu desenvolvimento profissional e as necessidades dos alunos.

4. Face ao rápido desenvolvimento das tecnologias de aprendizagem profunda através da inteligência artificial, o Governo deve aumentar o investimento para apoiar os professores a dominá-las e aplicá-las rapidamente, com vista a aliviar a sua carga de trabalho e elevar eficazmente a qualidade do ensino.

Por fim, queremos encorajar-vos com uma frase famosa: “Ensinar não é tanto encher um balde, mas sim acender um fogo”, e os professores são as pessoas que levantam as tochas para iluminar o futuro dos alunos. Os educadores de Macau assumem a tarefa da educação e também trabalham para o futuro. Espero que todos juntos possamos formar mais talentos e abrir um novo capítulo nas nossas vidas.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 11.04.2024

Aperfeiçoar a rede de apoio ao tratamento precoce e ao ensino especial para melhor corresponder às necessidades de desenvolvimento social

Com a conclusão sucessiva dos trabalhos de admissão de alunos do ensino não superior, algumas pessoas estão alegres e outras, preocupadas, nomeadamente, os pais dos alunos com necessidades educativas especiais, por não conseguirem encontrar uma escola adequada. Devido ao aumento da atenção da sociedade às crianças com necessidades especiais e à melhoria da respectiva avaliação e das técnicas nos últimos anos, o número destas crianças tem aumentado. Segundo as estatísticas, neste ano lectivo, há 3329 alunos com necessidades educativas especiais, ou seja, três vezes mais do que há dez anos, dos quais 2381 são do ensino inclusivo e 948 frequentam turmas pequenas e especiais. De acordo com as previsões da Organização Mundial de Saúde, a probabilidade de atrasos de desenvolvimento infantil é de seis a oito por cento, portanto, é provável que o número continue a aumentar, e alguns casos potenciais ainda estão por descobrir.

Nos últimos anos, o Governo aumentou o investimento na avaliação e no tratamento, e o tempo de espera para a primeira consulta no Centro de Avaliação Conjunta Pediátrica e no Centro de Reabilitação Pediátrica foi reduzido para quatro semanas, o que merece o nosso reconhecimento. Mas, segundo alguns pais, desde a primeira consulta até ao primeiro tratamento é necessário cerca de meio ano, e os tipos e a frequência dos tratamentos subsequentes estão ainda aquém das suas expectativas, portanto, alguns deles optam por fazer tratamentos em instituições médicas privadas ou no exterior a expensas próprias, ou por aprender algumas técnicas para fazer, por si próprios, treinos com os filhos. Tudo isto traz grande pressão económica e psicológica para os mesmos.

Além disso, as crianças, depois de atingirem a idade escolar, terão de enfrentar outros desafios. Com a implementação, nos últimos anos, do novo “Regime do ensino especial” e do “Sistema de avaliação do desempenho dos alunos da educação regular do regime escolar local”, o ambiente de ensino inclusivo foi otimizado. Actualmente, 46 escolas públicas e privadas disponibilizam o ensino inclusivo (20 das quais funcionam sob o modelo de concepção “one through train”). Mas, como é necessário investir mais em instalações e equipamentos, formação de pessoal, recursos, professores ou outros profissionais, os recursos para o ensino inclusivo das diversas escolas ainda são diferentes. Segundo alguns encarregados de educação, são insuficientes as vagas nas escolas que oferecem o ensino inclusivo e funcionam sob o modelo de concepção “one through train”, portanto, os seus filhos não conseguem estudar num ambiente estável e adequado. Mais, os alunos do ensino inclusivo necessitam de mais serviços individuais de ensino e de aconselhamento ou explicações pós-aulas, para suprir as insuficiências na aprendizagem, mas, neste momento, estes serviços são

escassos, por isso, alguns deles apresentam uma grande diferença em relação aos alunos normais na aprendizagem e no prosseguimento de estudos.

É de salientar que o apoio ao tratamento e à educação das crianças com necessidades educativas especiais implica um maior investimento em tempo e recursos, mas, mesmo assim, a longo prazo, isto pode reduzir o custo da sociedade nos seus cuidados e, o mais importante, permitir-lhes adaptar-se com confiança à vida normal no futuro, promovendo o seu progresso em conjunto com a sociedade. Para isso, é necessário contar com a colaboração de toda a sociedade, no sentido de criar, para eles, um ambiente de crescimento amigável e harmonioso.

Sugiro então o seguinte:

1. Face ao aumento do número de crianças com necessidades educativas especiais, para satisfazer as suas necessidades de tratamento e reduzir a pressão nos serviços prestados pelas instituições públicas e subsidiadas, propõe-se o estudo da viabilidade de criação de um subsídio para as despesas com as consultas fora de Macau, aumentando as escolhas e a frequência do uso de serviços terapêuticos e permitindo-lhes agarrar o período áureo de tratamento.

2. Através da simplificação e da iniciativa de ajudar as escolas a candidatarem-se ao “Plano de financiamento para a educação inclusiva”, deve otimizar-se o pessoal, os espaços e os equipamentos pedagógicos dos respectivos cursos, para proporcionar vagas escolares suficientes para os alunos sujeitos a este tipo de educação e satisfazer, especialmente, as necessidades dos encarregados de educação em relação às respectivas vagas nas escolas com todos os níveis de ensino. Ao mesmo tempo, há que reforçar as acções de formação, para que mais docentes sejam qualificados para a educação especial, e elevar o número de docentes de apoio itinerante, para permanecerem mais tempo nas escolas e conhecerem melhor a situação dos alunos sujeitos à educação inclusiva e a sua aprendizagem.

3. Há que reforçar o apoio às instituições particulares destinadas aos encarregados de educação, prestando serviços de orientação de treino domiciliário, de alívio da pressão física e mental e de descanso, bem como serviços de aconselhamento e explicações pós-aulas para as crianças com necessidades educativas especiais, para aliviar os encargos físicos e psicológicos dos encarregados de educação e permitir uma melhor articulação entre os trabalhos escolares e o prosseguimento de estudos das crianças.

4. Importa aumentar, de forma ordenada, os subsídios para o pessoal de educação especial e de terapia das escolas e das instituições de serviço social, reduzindo a diferença de salários e regalias entre o pessoal do público e do privado, para assegurar a estabilidade do pessoal e, deste modo, a prestação de serviços de melhor qualidade.

IAOD do Deputado Chan Hou Seng em 11.04.2024

Reflexão sobre o papel e as responsabilidades dos museus da RAEM

Os museus são um cartão-de-visita cultural de qualquer cidade, região e até país. Durante a Assembleia Popular Nacional deste ano, o Presidente Xi Jinping participou na apreciação da delegação de Jiangsu e, depois de ouvir os representantes dos museus, disse o seguinte: “Desde criança que gosto de visitar museus e, ainda pequeno, já tinha visitado quase todos os museus em Pequim”. O Presidente Xi também emitiu uma mensagem aos trabalhadores do património cultural, isto é: “Há que desenvolver bem os museus. A construção de museus deve ser mais aperfeiçoada e sistematizada, e devem ser desenvolvidas as suas funções pedagógicas”. Através da sua própria experiência, o Presidente Xi destacou as responsabilidades dos museus no desenvolvimento do país e no crescimento dos quadros qualificados, o que me levou a reflectir sobre o papel e as responsabilidades dos museus da RAEM. Por isso, apresento, em seguida, algumas opiniões e sugestões:

1. Os museus são complexos e devem complementar-se com bibliotecas, casas da literatura, arquivos, teatros, e centros de ciência, entre outras instalações, formando uma rede tridimensional de serviços. O entretenimento e a educação não entram em conflito e uma aprendizagem agradável pode trazer maiores resultados educacionais. Assim, importa maximizar os conhecimentos transmitidos pelas exposições e também os aspectos interessantes, para chegarem a todo o público possível, isto é, educando todos os que devem ser educados.

2. Há que transformar os museus em segundas salas de aula. Devem ser tomadas medidas amigas das crianças, para estas, desde pequenas, criarem o bom hábito de visitar museus, aprenderem ao longo da vida e amarem a vida. Os museus devem aceitar a realização de festas de aniversário para crianças, dando um toque cultural à vida familiar. As crianças são curiosas e os pais não conseguem responder a todas as perguntas, por isso, devem ser elaborados planos de apoio às visitas, que podem ser também um apoio à educação das crianças.

3. Os museus da RAEM têm colaborado com museus e fundações artísticas de renome internacional, como o Louvre, o Oseo, o Pompidou, o British Museum e o V & A, por isso, o Governo pode integrar os recursos internos e externos para realizar em Macau uma exposição internacional de grande escala de relíquias culturais chinesas e ocidentais, com temas específicos, concretizando-se assim a estratégia nacional de intercâmbio e aprendizagem mútua entre as civilizações, apresentada pelo Presidente Xi Jinping.

A diferença entre o Oriente e o Ocidente está na cultura e são as diferenças culturais que determinam os diferentes valores e estilos de vida. O mundo precisa de mais compreensão, respeito e tolerância. Não há respeito sem compreensão, e

não há tolerância sem respeito. Por isso, a raiz do problema está na cultura. Se não conhecem a cultura chinesa, não compreendem a visão histórica e mundial do povo chinês, nem a grande aspiração do povo chinês na construção de uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade, e surgem dúvidas e até mal-entendidos sobre a relação entre o desenvolvimento da China e o futuro da humanidade. Se a RAEM realizar mais trabalhos práticos no intercâmbio e aprendizagem mútua entre as civilizações, podem ser criadas mais oportunidades de compreensão, respeito e tolerância mútua na comunidade internacional. Os museus têm a responsabilidade de fazer bem este trabalho, para mostrar a abertura e a tolerância da cultura chinesa, a implementação bem-sucedida de “Um País, Dois Sistemas” e a afinidade internacional de Macau da China.

O Director do Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau do Conselho de Estado, Xia Baolong, na sua visita aos Deputados de Macau à Assembleia Popular Nacional, incentivou Macau a surtir o efeito de “*super* ponto de ligação”, portanto, será que a RAEM consegue desempenhar o papel de “*super* ponto de ligação” para aprofundar o intercâmbio e a aprendizagem mútua entre as civilizações chinesa e ocidental? Isto requer o nosso esforço.

IAOD do Deputado Ma Io Fong em 11.04.2024

Prestar atenção à garantia dos direitos e interesses dos docentes e apoiá-los a enfrentar a pressão

O Governo propôs a construção de Macau como cidade educativa, e o desenvolvimento da educação de alta qualidade demonstra a continuidade e o aprofundamento dos conceitos “promover a prosperidade de Macau através da educação” e “construir Macau através da formação de talentos”, o que merece o apoio da sociedade. O Governo deve continuar a melhorar os cursos, a articulação e o desenvolvimento conjunto entre o ensino superior e o não superior, e ainda prestar mais atenção e importância à garantia dos docentes. Só assegurando o ambiente de trabalho, o desenvolvimento e as garantias profissionais, e o apoio na pressão é que se pode aumentar a equipa de docentes locais e a concretização bem-sucedida das políticas.

Muitos docentes queixam-se do horário de trabalho excessivo, das dificuldades em equilibrar a vida profissional e familiar e em resolver os seus problemas físicos e psicológicos. Este ano, o subsídio de escolaridade gratuita não foi aumentado, os salários dos docentes não foram ajustados de forma razoável e, devido a factores internos e externos ao ambiente social, e o moral dos docentes de todos os níveis de ensino está muito em baixo.

De facto, todo o país está a contribuir activamente para a melhoria das condições e do estatuto social e económico dos docentes. Durante as sessões da APN e da CCPPC em 2024, vários representantes apresentaram opiniões e sugestões sobre a “garantia das regalias dos docentes”, referindo que, devido ao aumento significativo dos salários, dos preços dos produtos e do nível de consumo, os serviços competentes devem acelerar os trabalhos relativos ao aumento dos critérios para a atribuição de subsídios aos docentes do Interior da China e, ao mesmo tempo, envidar esforços para elevar as regalias dos docentes, desde os jardins-de-infância até às instituições de ensino superior, para a profissão de docente se transformar numa profissão digna de respeito por toda a sociedade. Estas sugestões merecem ser estudadas e tomadas como referência pelo Governo da RAEM.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Melhorar as regalias e as garantias de aposentação dos docentes. Tendo em conta que os subsídios à escolaridade gratuita não foram aumentados, e que Macau não tem mecanismos para aumentar o investimento em recursos educativos, é inevitável que a estabilidade do desenvolvimento das escolas e da equipa docente seja influenciada pelos impactos socioeconómicos, daí as incertezas nas linhas de acção governativa e na educação. Sugere-se a revisão periódica do subsídio à escolaridade gratuita, para garantir o aumento razoável dos recursos educativos e demonstrar o apoio do Governo ao desenvolvimento justo e

de alta qualidade da educação, e solicita-se que seja ponderado o aumento do subsídio à escolaridade gratuita no próximo ano lectivo (2024-2025). Além disso, para melhorar as garantias pós-aposentação dos docentes, propõe-se novamente que seja reconsiderada a proposta apresentada aquando da elaboração do Quadro geral, sobre as contribuições dos docentes, das escolas e do Governo para o fundo de previdência, e que se proceda, periodicamente, à sua revisão e optimização, por respeito aos docentes e para estes terem menos preocupações.

2. Ajustar o horário de trabalho dos professores, para estes se concentrarem no ensino. Por exemplo, a natureza do trabalho e o horário no ensino infantil são diferentes dos dos outros níveis de ensino, não sendo adequado medir o tempo de trabalho através de critérios de cálculo uniformizados da carga horária. O acompanhamento que têm de dar às crianças é mais prolongado, e com o desenvolvimento de alta qualidade do ensino infantil, têm de assegurar muitos trabalhos preparatórios em articulação com o ensino e a disposição das salas de aula, a vigilância após as aulas e a preparação dos materiais escolares, e o rácio professor/aluno não tem melhorado ao longo dos anos, aumentando a pressão e afectando a vida pós-laboral e familiar dos professores. Sugere-se ao Governo que aproveite a oportunidade da baixa taxa de natalidade para reduzir a proporção entre docentes e alunos, ajudando-os a cuidar de cada aluno e a elevar a qualidade do ensino, e que proceda ainda a um estudo sobre as insuficiências no cálculo do número de horas de trabalho dos docentes do ensino infantil, ajustando o número razoável de horas de trabalho dos docentes das diversas fases do “Quadro geral” e adicionando o respectivo mecanismo de redução dos trabalhos não lectivos, e ainda que promova a política de “três professores por turma” e subsidie as escolas na contratação de mais auxiliares, para os professores se concentrarem no ensino.

3. Reforçar o apoio aos jovens docentes para fazerem face aos problemas e desafios. Nos últimos anos, tem aumentado o número de alunos com problemas emocionais e psicológicos, por isso, os professores precisam de mais tempo para os apoiarem, e os jovens docentes têm dificuldades em lidar com esta situação. Então, sugere-se a realização periódica de investigações e estudos sobre a situação da saúde física e mental dos professores e alunos, a elaboração de planos de curto, médio e longo prazo e de contingência, a melhoria da articulação entre os assistentes sociais, os serviços de aconselhamento psicológico e os serviços de tratamento, para quem deles necessite ter carinho e apoio o mais cedo possível, e ainda a introdução de acções de formação para os novos docentes, no sentido de reforçar as técnicas para tratamento emocional e da pressão dos alunos, e de promover o desenvolvimento profissional dos docentes jovens.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 11.04.2024

Com o aumento da concorrência no sector do turismo a nível mundial, é importante atrair turistas para pernoitar e desenvolver a “economia nocturna”. Nos últimos anos, o Governo Central tem promovido a procura interna e o consumo, e muitos governantes têm tomado a iniciativa de visitar os mercados nocturnos, para divulgar a ideia de “os dirigentes serem os primeiros a apoiar a economia nocturna”, promovendo assim o seu desenvolvimento. A diversificação dos estilos de mercados nocturnos pode contribuir para o desenvolvimento económico e aumentar a vitalidade da cidade. O novo Mercado Nocturno do Pagode do Bazar, que se realiza desde 2017, tem sido elogiado por residentes e turistas e tem tido um impacto positivo na revitalização dos bairros antigos e da economia comunitária. Porém, o desenvolvimento dos mercados nocturnos ainda enfrenta muitos desafios e apresenta insuficiências, por exemplo, o referido mercado nocturno abre de forma irregular ao longo do ano, e muitos residentes e turistas acham que poderia ser realizado durante mais tempo. O Governo deve ter em consideração as condições locais, conhecer as necessidades dos consumidores e definir, de forma científica, um plano de desenvolvimento de mercados nocturnos com características próprias de Macau, para elevar a qualidade destes mercados e reforçar os serviços de gestão e o *marketing*, etc. Assim, através do desenvolvimento de actividades nocturnas, em conjugação com os eventos culturais, desportivos e turísticos, a economia nocturna pode tornar-se mais próspera e manter uma dinâmica comercial que acompanhe a evolução dos tempos, atraindo assim mais turistas e consumidores e promovendo o desenvolvimento próspero e a longo prazo da economia relacionada com os mercados nocturnos de Macau.

A economia nocturna é um novo elemento para o crescimento do consumo e um rumo para a concretização da diversificação adequada das indústrias locais, podendo contribuir para proporcionar mais estabelecimentos e actividades de consumo nocturno e promover o desenvolvimento da cultura, desporto e artes locais, reforçando-se a imagem de Macau como destino de turismo cultural. Neste momento, os mercados nocturnos de Macau são pequenos e não há muitas escolhas, portanto, não são atractivos para os turistas. Com a recuperação do mercado turístico e a alteração da estrutura dos visitantes, Macau deve enriquecer as actividades nocturnas, explorar continuamente o modelo “turismo cultural + economia nocturna” e aproveitar a reputação de “Cidade criativa de gastronomia” para, em conjugação com a gastronomia e a cultura locais, oferecer actividades e serviços artísticos e culturais mais diversificados, com vista a criar mercados nocturnos característicos da cultura portuguesa e de Macau, e um ambiente para a economia nocturna mais dinâmico e atractivo.

Como promover a “economia nocturna”? Numa fase inicial, é necessário um forte apoio do Governo, e este pode reforçar o planeamento e a gestão das feiras nocturnas, bem como a sua qualidade e o nível geral de funcionamento, incentivando os operadores das feiras nocturnas a conhecer e a dominar as

necessidades do mercado e dos consumidores, e a expandir canais *online* e *offline* de publicidade e venda, para prestarem melhores serviços. Através do desenvolvimento e da inovação da economia nocturna, é possível atrair mais turistas, prolongar a sua estadia e demonstrar o encanto e a vitalidade de Macau como cidade turística internacional, promovendo-se assim o desenvolvimento da economia comunitária.

José Maria Pereira Coutinho

INTERVENÇÃO ANTES DA ORDEM DO DIA

Aquando do Fórum Industrial e Comercial 2024, o Secretário para a Economia e Finanças previu que o crescimento económico de Macau para 2024 poderia atingir os 10 por cento. Porém, os recentes dados estatísticos (DSEC) de compra e venda de lojas e escritórios demonstram que os negócios têm estado a decrescer a um ritmo bastante acentuado com 2,451 transacções ocorridas no ano de 2010 e quando comparadas com as 299 transacções referentes ao ano 2023 verificamos que houve uma diminuição de cerca 820 por cento ou seja uma queda brutal neste tipo de transacções. E se compararmos as transacções de compra e venda de habitação verificamos por exemplo que em 2007 foram transaccionadas 21,628 unidades baixando para 2,879 fracções em 2023 ou seja uma outra queda brutal 751 por cento.

Estes dados reflectem que duma maneira geral, a economia de Macau vai de mal a pior com graves implicações sociais. As pequenas e médias empresas (PMEs) lutam com enormes dificuldades de sobrevivência devido à falta de clientela. São muitas as razões do rápido desaparecimento das PME das quais destacamos as recentes mudanças radicais ocorridas na indústria do Jogo. No futuro, muitas mais PME principalmente na área da restauração vão desaparecer devido “morte lenta” dos junkets e do resto que ainda sobra da indústria do sector VIP e aumentando ainda mais o número de desempregados. O mercado de massas nos casinos está a atrair cada vez mais jovens do interior do continente e jovens locais prevendo que no futuro os viciados do jogo sejam cada vez mais jovens. Cada vez mais jovens estão desempregados com cursos sem saídas profissionais. Por isso, apelo mais uma vez para que seja distribuído os cartões electrónicos de consumo para ajudar as famílias em dificuldades e desta forma aumentar o consumo interno. O Governo deve igualmente actualizar a pensão dos idosos de acordo com o custo de vida e que de facto acompanha o aumento dos preços dos principais bens essenciais.

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 11.04.2024

Planear com antecedência a reserva de recursos humanos do novo Estabelecimento Prisional e otimizar a proporção de vigilância dos reclusos

No ano de 2023, a Polícia Judiciária instaurou um total de 12 390 processos de diversos tipos, representando um aumento de 43,9 por cento em relação a 2022, dos quais 6804 foram inquéritos criminais e denúncias, representando um aumento de 52,2 por cento em relação a 2022. Nos últimos dez anos, o número médio de reclusos no Estabelecimento Prisional de Macau aumentou 2,04 por cento, o número de crimes aumentou e o número de reclusos está a aumentar.

De acordo com o projecto do Novo Estabelecimento Prisional de Ká-Hó, a sua capacidade básica é de 1600 reclusos, tendo uma capacidade máxima de 2700, o dobro da capacidade do antigo estabelecimento prisional, pelo que são necessários mais guardas prisionais para manter a ordem. O Secretário para a Segurança, Wong Sio Chak, afirmou que as instalações do novo Estabelecimento Prisional têm capacidade para ajudar um guarda a supervisionar 100 reclusos e, como os guardas prisionais não têm contacto directo com os reclusos, quando surgem problemas, podem pedir apoio de imediato, a fim de garantir a segurança e a eficiência de tratamento dos colegas. Mas, para os guardas que trabalham efetivamente nas prisões, isto é muito pouco razoável. Não nos podemos esquecer de como os guardas da linha da frente superaram as dificuldades e desempenharam fielmente as suas funções nos últimos três anos, durante a pandemia. Os guardas prisionais são os trabalhadores que se mantêm na linha da frente do EPM, por isso, temos de ser realistas e pensar de forma diferente. Mais, os acidentes acontecem sempre em momentos imprevisíveis e, mesmo que as máquinas estejam mais avançadas, não é possível prever crises, por isso, é necessário contratar e reservar mais pessoal, pois mais parceiros podem proteger-se com mais flexibilidade, uma vez que os recursos humanos são insubstituíveis.

Em 2021, a Assembleia Legislativa aprovou, na especialidade, a proposta de lei sobre o “Estatuto do Pessoal da Carreira do Corpo de Guardas Prisionais”, acrescentando três novas categorias, que passaram de 7 para 10, alargando os canais de acesso, aumentando as oportunidades de promoção e atraindo mais residentes a ingressarem na Função Pública. A mudança mais significativa verificou-se directamente com o recrutamento de 73 guardas prisionais em 2020, em que todas as vagas foram preenchidas, e com o recrutamento de 63 guardas prisionais em Julho de 2023, em que foram registadas mais de duas mil inscrições. Isto demonstra que uma boa garantia institucional e um bom canal de promoção podem aumentar a atractividade do público para a participação na Função Pública.

A entrada em funcionamento do Novo Estabelecimento Prisional pode criar mais postos de trabalho e elevar o moral de Macau. Neste momento, o Novo Estabelecimento Prisional encontra-se em fase preparatória, ou seja, antes da sua

conclusão e entrada em funcionamento. O Governo deve planear, com antecedência, o número de trabalhadores a recrutar, definir um plano de turnos razoável e proceder a um recrutamento público e transparente, criando mais opções e oportunidades de emprego para Macau. O Governo deve ainda garantir a concretização da prioridade dos locais no acesso ao emprego no Novo Estabelecimento Prisional de Macau e dar-lhes mais oportunidades de participação. Não há falta de talentos em Macau, faltando apenas a oportunidade de os mostrar. Por outro lado, o Governo deve controlar rigorosamente a proporção de trabalhadores não residentes, a fim de criar um melhor ambiente de emprego para os talentos locais.